A EUROPA: UMA POTÊNCIA MUNDIAL?¹

Clarisse Didelon²

Yann Richard³

Resumo

A União Europeia parece ser um ator que não pode ser ignorado no processo de mundialização. Se ela aparece como um polo da tríade, os países que a compõem não podem ser considerados como atores principais quando levados em consideração isoladamente. Além disso, seus pesos relativos no mundo em termos de riqueza e de população não cessam de decrescer, face aos países emergentes. Até o momento, a União Europeia tem mantido seu papel devido à sua política de alargamento, mas esta é cada vez mais contestada. Por isso, como pode a Europa contar com a manutenção de seu papel no mundo?

Palavras-chave: Potência. União Europeia. Mundialização. Regionalismo.

Résumé

L'Union européenne semble être un acteur incontournable dans le processus de mondialisation. Si elle apparaît comme un pôle de la triade, les pays qui la composent ne peuvent être considérés comme des acteurs majeurs lorsqu'on les considère un à un. Par ailleurs leurs poids relatifs dans le monde en termes de richesse et de population ne cessent de décroître face aux pays émergents. Jusqu'à présent l'union européenne a maintenu son rôle du fait de sa politique d'élargissement, mais celui-ci est de plus en plus contesté. Dès lors, comment l'Europe peut-elle envisager de maintenir son rôle dans le monde ?

Mots-clé: Puissance. Union Européenne. Mondialisation. Régionalisme.

1 INTRODUÇÃO

A mundialização é um dos principais paradigmas das ciências humanas e sociais. Em uma grande parte da literatura dedicada a este tema, a ênfase é colocada sobre uma ideia fundamental: a mundialização é um processo gradual de integração de todos os territórios de um espaço global único. Esse processo se traduz pela redução progressiva da territorialidade há muito tempo exclusiva do Estado (Badie, 1995) e do papel das fronteiras estáticas, a fim de facilitar diversos tipos de trocas (comerciais, fluxos financeiros, turismo, etc.) (Lechner and Boli, 2000).

Por trás desta observação geral, a análise da mundialização segue várias vias. Alguns especialistas das ciências sociais descrevem e explicam as formas espaciais da mundialização,

¹ Tradução de Aldomar A. Rückert.

² Geógrafa. Doutora em Geografia pela Universidade Paris VII Denis Diderot. Co-autora com Claude Grasland e Yann Richard do "Atlas de l'Europe dans le monde". Docente na Universidade do Havre. Atua no Laboratório UMR IDEES, equipe CIRTAI – Centre interdisciplinaire de recherche sur les mobilités. <http://www.cirtai.org/> Email: cdidelon@yahoo.fr

³ Doutor em Geografia. Docente e pesquisador no Institut de Géographie Universidade de Paris I Panthéon-Sorbonne, Paris. É co-autor com Clarisse Didelon e Claude Grasland do "Atlas de l'Europe dans le monde". Atua no Laboratório LADYSS – Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces. <http://www.ladyss.com/> Email: yann.richard@univ-paris1.fr

assim como seus efeitos em diferentes escalas. Eles apontam diversas questões importantes. O mundo e as sociedades humanas estão em vias de integração na escala global? Os Estados desempenham ainda um papel neste processo? Outros autores têm demonstrado que a mundialização contribui com a produção de fortes desigualdades entre os países e mesmo entre as regiões desses países (Krugmann, 1996). A mundialização desenha, assim, novas hierarquias dos lugares e dos territórios. Alguns são ganhadores, outros são perdedores. Alguns estão no centro da economia mundial e do sistema mundo. Outros estão na periferia ou na semiperiferia, mesmo marginalizados (Amin, 1970; Prebisch, 1963; Wallerstein, 1974). Tais desigualdades não diferenciam somente os territórios e as economias, mas também diferentes tipos de lugares: quando as regiões periféricas são confrontadas com dificuldades econômicas, as cidades globais atraem as atividades de forte valor agregado e mão de obra mais capacitada (Sassen, 1991 *et* 2002). Esse processo projeta um arquipélago de grandes metrópoles econômicas na superfície da Terra (Dollfus, 1997). A esse respeito, Pierre Veltz fala de uma “economia de arquipélago” (Veltz, 1996).

Um aspecto importante da mundialização é a progressiva regionalização da economia mundial, isto é, o crescimento mais rápido das trocas em escala macrorregional. Uma macrorregião é um grupo de países que pertencem a uma mesma parte do mundo e que são ligados por fortes interações econômicas e sociais. Os economistas têm trabalhado sobre este tema a partir dos anos 1950 (Viner, 1950; Balassa, 1961; Mundell, 1961; Krugman, 1996 e 2004; Baldwin, 1997), ensaiando identificar-lhes os fatores e os efeitos. Atualmente, alguns trabalham sobre as vantagens da intensificação das relações econômicas na escala regional entre países do Norte e países do Sul (Deblock and Regnault, 2006). Desde o início dos anos 2000, um número crescente de economistas estima que a integração em escala macrorregional pode constituir um tipo de etapa transitória do processo da globalização completa (Mashayeki, Puri e Ito, 2005). Essa abordagem é, atualmente, desenvolvida no seio de organizações internacionais, que há muito têm optado por um liberalismo e um multilateralismo integrais, em particular o Banco Mundial (Newfarmer, 2005). No contexto da crise mundial, certos economistas preconizam mesmo um aumento da regulação e pensam que a escala regional está bem adaptada.

Ao lado de economias, alguns geógrafos têm começado recentemente a trabalhar sobre este tema (Azuelos, 2004; Beckouche, 2008; Beckouche, Grasland *et alii*, 2008; Beckouche, Richard, 2008; Didelon, Grasland, 2007; Didelon, Grasland, Richard, 2008; Beaud *et alii*, 1999; Théodat-Taglioni, 2008; Richard, Zanin, 2007; Taillard, 2004; Girault, 2009). Eles

descrevem a regionalização no espaço utilizando diversos indicadores e buscam mostrar que as macrorregiões formam um território em escala intermediária entre a global e a estatal, enfatizando notadamente a importância das distâncias na interação entre os territórios. Seus enfoques são, por vezes, comparativos.

A União Europeia, criada em 1957, é atualmente composta por 27 países-membros. Em razão de seu tamanho, ela desempenha um papel importante na mundialização e exerce uma forte influência em diversas partes do mundo. A título de exemplo, pode-se lembrar que o PIB e a Renda Nacional Bruta da União Europeia são os mais elevados do mundo, frente ao dos Estados Unidos. No entanto, vários sinais mostram que a União Europeia não será talvez capaz de se manter neste nível por longo tempo. Que resposta pode ela dar para o seu declínio relativo?

Na primeira parte deste artigo, com base na evolução de vários indicadores econômicos e sociais, será mostrado que o status de potência global principal da União Europeia é frágil e que irá enfraquecer-se no futuro próximo. Na segunda, tentar-se-á demonstrar que o enfraquecimento da União Europeia é devido em parte às três formas às quais ela está integrada no espaço global. Essas três configurações ou visões (a visão continental, a visão centro-periferia e o arquipélago metropolitano) são relativamente derivados de uma concepção liberal da mundialização. Elas apoiam-se sobre mecanismos que não podem ameaçar o status da União Europeia a médio prazo. Elas são apresentadas em detalhe a fim de mostrar que sofrem sérios inconvenientes no que diz respeito à Europa. Na terceira parte, será mostrado que a União Europeia deveria engajar-se numa quarta via que permitiria parar seu declínio relativo. Trata-se de um regionalismo não-assimétrico, o qual englobaria a União Europeia e o conjunto de países de sua vizinhança.

1 QUAL É O PESO DA EUROPA NO CENÁRIO INTERNACIONAL?

A palavra Europa dá conta somente da Europa institucional, seja a União Europeia dos 25 na data em que ocorreu nosso projeto de pesquisa. Ela pode cobrir também a noção da Europa geográfica. Mas, para nós, geógrafos, as fronteiras naturais não existem especialmente se se tratar do Mediterrâneo e dos Urais. Do ponto de vista geográfico, a Europa não é mais do que uma península na extremidade oeste do continente euroasiático. Ela não tem existência enquanto um continente. Enfim, quando nós nos perguntamos, durante uma pesquisa, sobre o

que significaria a palavra Europa para os pesquisadores que atuavam no ESPON,⁴ nos damos conta de que este espaço era globalmente maior que a União Europeia (37 países em média). Há também um “espaço ESPON” definido: a União Europeia com 25 mais a Noruega e a Suíça, mais dois países que, nessa época, não eram senão candidatos: a Bulgária e a Romênia.

1.1 UM PESO DECRESCENTE NA ECONOMIA MUNDIAL?

A agenda territorial de 2007 afirma, por exemplo, que “juntos, os países-membros da União representam 1/3 da riqueza mundial”, atribuindo-lhe assim um forte poder econômico. Mas, mesmo juntos, se considerar-se o PIB em paridade de poder de compra, os países da Europa não representam mais do que ¼ da riqueza mundial em 2000 e que esta parte continua a diminuir. Se levarmos em conta o conjunto dos indicadores, parece mais realista considerar que a Europa não conta mais do que 10 a 15% do total mundial (Didelon C., Grasland C., Richard Y. 2008).

Além disso, tomados um a um, os países europeus têm pouco peso, sejam quais forem os indicadores a se considerar (Figura 1): superfície, superfície agrícola, população, população urbana, PIB em paridade de poder de compra, emissões de CO₂. Nenhum país europeu, à exceção notável da Alemanha, pelo PIB em paridade de poder de compra, figura na lista dos dez primeiros países do mundo para esses indicadores. Os países da Europa não podem, portanto, pretender ser e permanecer atores que agem na cena internacional a não ser pertencendo à União Europeia.

⁴ ESPON – *European Spatial Planning Observation Network* (nota do tradutor).

Fig. 01. O peso comparado dos países segundo seis critérios

Fonte: *Atlas de l'Europe dans le Monde*. Didelon, Grasland, Richard

1.2 UMA REGRESSÃO DEMOGRÁFICA

A situação demográfica da Europa é preocupante: a parcela de jovens na população e o número de ativos em relação aos inativos não param de diminuir. Em última análise, esta evolução pode afetar a classificação da Europa na globalização.

A União Europeia, em seu conjunto, é caracterizada pela fraqueza geral da presença de jovens e por um risco de não-renovação de sua população ativa a curto prazo (Figura 2). É o que sugere o primeiro mapa que representa a relação entre os jovens de menos de 20 anos e a

população ativa (20 a 59 anos). Os jovens são “um peso”, na medida em que é a população ativa que se ocupa da educação e, sobretudo, da formação desta população. Uma população jovem muito abundante pode representar um peso grande para o país em via de desenvolvimento, cuja infraestrutura educativa é deficitária, mesmo se, na maior parte dos casos, uma população jovem seja considerada como uma possibilidade. Inversamente, quando o número de jovens começa a diminuir, isso pode ter um impacto sobre a população ativa futura (falta de mão de obra em certos empregos) e sobre a previdência dos aposentados. Quando se examina a repartição do efetivo bruto dos jovens em nível mundial, impressiona, em primeiro lugar, a importância das diferenças com um mapa de população total. Assim, a Índia, com 450 milhões de jovens (sobre 1,02 bilhão), aparece em primeiro lugar antes da China, que não tem mais do que 414 milhões (sobre 1,3 bilhão). Mais impressionante e também mais simbólico é o fato que os dois países mais pobres da África Subsaariana, a Nigéria e a Etiópia, totalizam juntos 104 milhões de jovens sobre 186 milhões de habitantes, o que é próximo dos 27 países da União Europeia que não totalizam mais do que 113 milhões de jovens sobre 485 milhões de habitantes.

O segundo mapa representa a relação entre as pessoas com mais de 60 anos e a população ativa. A União Europeia, pelo fato da antiguidade de sua transição demográfica e dos altos níveis de esperança de vida de seus habitantes, é, junto com o Japão e a Rússia, a parte do mundo onde se encontram as mais altas proporções de pessoas idosas na população total. Em efetivo bruto, os países que concentram a maior parte de pessoas com idade superior a 60 anos são, no ano de 2000, a China (142 milhões) e a Índia (77 milhões). Porém, os 27 países da União Europeia totalizam, mesmo assim, coletivamente 105 milhões de habitantes com mais de 60 anos, o que representa 18% do total mundial (contra 9% da população total). Contam-se na Alemanha e na Itália 34 milhões de pessoas com idade superior a 60 anos sobre um total de 140 milhões de habitantes, enquanto que os 43 países da África Subsaariana totalizam apenas 31 milhões de pessoas com mais de 60 anos para uma população total de 660 milhões de habitantes, isto é, uma relação de 1 por 6. A distribuição da taxa de dependência das pessoas idosas em relação aos ativos não é simetricamente exata como o mapa de número de jovens por adulto que analisamos anteriormente, mesmo se a zona de envelhecimento intenso da população que vai de Portugal ao Japão é análoga à zona de fraca presença de jovens identificados anteriormente. Nesta etapa, a previdência dos aposentados começa a se revelar um sério problema à sociedade e seu custo econômico crescente.

Fig. 02. O peso relativo dos jovens na população dos países

Fonte: Atlas de l'Europe dans le Monde. Didelon, Grasland, Richard

Esses dois indicadores revelam um processo mais geral de declínio do peso demográfico da Europa no mundo. No início dos anos 1950, a comunidade europeia nascente representava em torno de 6% da população mundial (Figura 04). Desde então, o peso da Comunidade e da União Europeia manteve-se estável e até aumentou através de sucessivos alargamentos, pois ela se situa, com o último alargamento, em quase 7%. Ela poderia chegar a 8% com a adesão da Turquia. Essas tendências estão em sintonia com a evolução da parte da União Europeia na riqueza global. No início dos anos 1950, a Comunidade Europeia contava menos de 15%. A adesão da Grã-Bretanha, em 1973, lhe fez atingir 20%, posição que ela manteve até o presente graças aos alargamentos sucessivos. Assim, a União Europeia tem, conscientemente ou não, encontrado um meio de manter seu peso demográfico e econômico no mundo devido ao alargamento, que é um processo contínuo e do qual, até agora, não se fixou nenhum limite oficial.

Fig. 03. A participação das pessoas idosas na população dos países

Fonte: Atlas de l'Europe dans le Monde. Didelon, Grasland, Richard

Fig 04. O peso da União Europeia em relação aos seus alargamentos

Fonte: Atlas de l'Europe dans le Monde. Didelon, Grasland, Richard

Em curto prazo, o declínio demográfico da União Europeia pode ter um efeito positivo (Figura 05). Levando-se em consideração o conjunto dos países, as evoluções conjuntas da população e do PIB produzem situações diferentes. Assim, se um país conhece um forte

crescimento da população acompanhado de um crescimento fraco da riqueza, haverá menos riqueza disponível para cada um. Ocorre o contrário se a riqueza aumenta mais rápido do que a população. Uma análise das coevoluções da população e da riqueza nos permite identificar 5 grandes tipos de países:

– Em 39 países, constata-se uma divergência positiva entre a riqueza e a população. O crescimento da população é menos rápido do que o da riqueza. Isso permite, teoricamente, melhorar as condições gerais de vida.

Fig. 05. Coevolução da riqueza e da população

Fonte: Atlas de l'Europe dans le Monde. Didelon, Grasland, Richard

– Bastante próximos deste perfil, um grupo de 13 países conhece um equilíbrio positivo. No entanto, o crescimento da riqueza aí é igual ou apenas ligeiramente superior ao da população. Esses países são, em maioria, os localizados ao Sul, na periferia próxima dos polos da Tríade, formando um anel de crescimento da mesma. A China e a Ásia Oriental, em torno do Japão, a África do Norte, próxima da Europa, o México e o Brasil, próximos dos Estados Unidos.

No oposto, 73 países conhecem uma divergência negativa. A riqueza decresce mais rápido do que a população. Em alguns casos, a situação é ainda pior: a população aumenta enquanto que a riqueza diminui.

– Um grupo de 20 países encontra-se em uma situação caracterizada por um decréscimo relativo da população e um decréscimo relativo da riqueza, criando uma situação em que parte da riqueza disponível por habitante não aumenta nem diminui. Os países nessa situação (dos quais os Estados Unidos, o Leste Europeu e a Federação Russa) encontram-se agora em equilíbrio negativo.

Enfim, um pequeno grupo de 21 países conhece uma situação particular de “declínio dourado”: a diminuição relativa da população é bem mais rápida do que a diminuição relativa da riqueza, o que engendra um crescimento forte da riqueza disponível por habitante. Trata-se dos países da Europa Ocidental e do Japão. Isso implica um certo envelhecimento da população, mas esta população mais velha dispõe de um maior poder de compra.

Situada no contexto mundial, a Europa se encontra, portanto, em uma situação um tanto confortável economicamente, mas em declínio, mesmo se isso não vá jamais assustar os membros da classe política, os jornalistas e a população.

2 A EUROPA NOS FLUXOS MUNDIAIS: UM PESO-PESADO

Mesmo se seu peso relativo no mundo declina, a Europa continua um peso-pesado na mundialização. Devido à sua massa considerável, ela exerce um impacto importante sobre a distribuição geográfica mundial de certos fluxos. É o que veremos em seguida, detendo-nos mais particularmente sobre os fluxos comerciais, os fluxos de ajuda pública ao desenvolvimento e os fluxos migratórios. Veremos como o conjunto dos fluxos mundiais esboça uma área de influência da Europa no mundo.

2.1 A EUROPA NO COMÉRCIO MUNDIAL

O mapa dos principais fluxos de comércio bilaterais de mercadorias entre os países ao final do século 20 (1996-2000) não demonstra imediatamente a estrutura triangular da Tríade. Com efeito, se forem analisadas as trocas entre Estados sem levar em conta as alianças econômicas que eles puderam fazer, os Estados Unidos aparecem como a primeira potência econômica mundial (16% das trocas comerciais), seguidos pela Alemanha (8,6%), China (8,5%), Japão (7,2%), Reino Unido (5,1%) e França (5,0%). Sobre os dez principais fluxos mundiais de comércio internacional, seis têm por origem ou destino os Estados Unidos. Nesta escala internacional, a União Europeia é um ator importante do comércio mundial, mas sua

importância é artificialmente impulsionada pelas trocas internas entre os países-membros. Se se quiser avaliar corretamente a estrutura das trocas mundiais, deve-se subtrair esses fluxos internos. Vê-se, então, desenhar claramente uma estrutura triangular ligando os três polos

Fig. 06. Os principais fluxos de trocas comerciais no mundo

Fonte: Atlas de l'Europe dans le Monde. Didelon, Grasland, Richard

constituídos pelos Estados Unidos (20% do comércio mundial), pela União Europeia (17%) e pelos países da Ásia Oriental (Japão, China, Coreia do Sul, Taiwan) (Figura 6). Cada polo da Tríade está ligado aos dois outros por fluxos comerciais importantes.

2.2 A AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO

O essencial da ajuda pública (90%) é dirigida pelos países do Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, da qual antigos países-membros da União Europeia e da Comissão Europeia fazem parte. Os novos países-membros são antes beneficiários do que doadores. A UE é seguidamente apresentada como a primeira doadora de ajuda pública ao desenvolvimento no mundo, o que é verdade se lhe adicionarmos dois parâmetros. Há, de um

lado, o que gasta a Comissão Europeia e, de outro, o que despendem os países-membros no quadro da ajuda bilateral, o que representa um volume mais importante ainda (Figura 07).

Fig. 07. Repartição geográfica da ajuda pública ao desenvolvimento de vários países doadores

Fonte: Atlas de *l'Europe dans le Monde*. Didelon, Grasland, Richard

Efetivamente, na maior parte das regiões beneficiárias, com exceção da Ásia, a Europa Continental é a principal doadora. Entre os principais doadores europeus, estão a Alemanha, a França e o Reino Unido. Mas eles são precedidos pelos Estados Unidos e pelo Japão considerando-se o valor absoluto total da ajuda. Os membros da UE 15 fazem, por sua vez, melhor que os dois anteriores se relacionarmos seu esforço de ajuda à sua riqueza:

Luxemburgo, Países Baixos, Suécia e Dinamarca consagram-lhe mais de 0,7% de sua renda bruta, o que é considerado pela ONU como o objetivo mínimo a cumprir.

Os grandes doadores não distribuem sua ajuda da mesma maneira. Cada um deles tende a privilegiar certas regiões em detrimento de outras, estabelecendo assim, de fato, uma divisão de tarefas ou do mundo. A ajuda dirigida pelo Japão e pelos Estados Unidos é muito desejada: enquanto que o primeiro visa à Ásia do Sul e do Leste, os segundos se concentram sobre a África do Leste, os Orientes Próximo e Médio e a Rússia. A Comissão Europeia concentra seus esforços desde os anos 1990 sobre a Europa Central e Oriental e sobre a África. Pode-se ver aí uma estratégia clara em favor dos novos e futuros membros da UE, a fim de lhes apoiar no processo de pré-adesão. O engajamento mais pronunciado em favor de países próximos é coerente com os objetivos da política de vizinhança. Enfim, a ajuda dirigida pelos países-membros da UE se distingue por sua característica mais universal. Ela não se concentra sobre a Europa Central e Oriental. Sua “ventilação” mais homogênea que as dos outros doadores é influenciada pela divisão das antigas colônias europeias, distribuídas em todos os continentes.

2.3 O PRIMEIRO POLO MIGRATÓRIO MUNDIAL

A União Europeia faz parte dos grandes polos de atração de migrações internacionais, disputando com os Estados Unidos o número anual de entradas legais de estrangeiros. As Nações Unidas estimam em 191 milhões, em 2006, o número de imigrantes no mundo, dos quais 34% na Europa e 23% na América do Norte. Ilha de estabilidade, de prosperidade e de relativo respeito pelos direitos do homem, a União atrai migrantes de todos os status vindos do mundo inteiro e não apenas dos países próximos.

A Europa do Oeste faz parte das regiões potencialmente mais atrativas do mundo, representadas em vermelho no mapa (Figura 08), que acumulam a riqueza, ao contrário de regiões repulsivas, em verde, que são, sobretudo, ricas de pessoas. A Europa aparece contornada de regiões potencialmente repulsivas. Somente o Oriente Próximo e o Médio e a Rússia concorrem um pouco pela atratividade europeia. As interações entre estes dois tipos de espaços são fortes e podem tomar duas formas: a emissão de fluxos financeiros (investimentos, remessas de poupança, ajuda ao desenvolvimento) das regiões vermelhas para as verdes (com o objetivo de ajudar e/ou manter as populações no lugar); inversamente, fluxos e migrantes das zonas verdes dirigem-se às zonas vermelhas. Essas fortes interações

potenciais se traduzem nos fluxos migratórios entre as grandes regiões do mundo. As regiões emissoras correspondem quase exatamente aos espaços potencialmente repulsivos e às regiões receptoras aos espaços atrativos.

O sistema migratório da União Europeia conserva um forte componente regional. As populações de origem estrangeira que lá residem vêm de praticamente todos os países, mas na maioria dos países próximos. O tropismo europeu se faz sentir particularmente sobre a vizinhança norte-africana, os Bálcãs e a Europa Centro-Ocidental, a Turquia e, em uma menor medida, sobre a antiga União Soviética. Alguns países europeus atraem migrantes de regiões mais distantes, atestando a influência persistente das antigas relações coloniais. Essa estrutura herdada coloca-se mais em evidência quando se consideram alguns países da União Europeia separadamente. A França é atrativa principalmente na África do Norte e, em menor medida, na África do Oeste e na antiga Indochina. O Reino Unido recebe muitos migrantes vindos da África do Leste e da Ásia do Sul. Inversamente, a Suécia não é uma antiga potência colonial e atrai poucos migrantes extraeuropeus, com exceção daqueles do Irã.

Fig.08. A atratividade potencial de diferentes partes do mundo

Fonte: Atlas de l'Europe dans le Monde. Didelon, Grasland, Richard

A componente regional da migração em direção à Europa está em vias de se atenuar. Mesmo se os fatores tradicionais de proximidade geográfica ou histórica continuam a desempenhar um papel importante, as migrações internacionais não escapam à mundialização. Na maior parte dos principais países europeus de acolhimento, constata-se um duplo

fenômeno. Os migrantes tendem a vir de mais longe, às vezes ao preço de itinerários mais complexos e mais perigosos e de um maior número de países. A imigração asiática na França, por exemplo, não é um fato novo (antiga Indochina), mas ela se reforça desde os anos 1900 (China, Sri Lanka), da mesma forma que a imigração provinda da América Latina e da África Subsaariana. Paralelamente, a América do Norte começa a atrair um número crescente de jovens diplomados de países tradicionalmente ligados à França (Marrocos).

2.4 A ÁREA DE INFLUÊNCIA EUROPEIA NA MUNDIALIZAÇÃO: UMA INFLUÊNCIA FRACA NOS PAÍSES COM FORTE CRESCIMENTO ECONÔMICO

As análises precedentes sobre diferentes fluxos mostram que é possível definir uma “área de influência” da União Europeia no mundo. Mas elas sugerem igualmente que essa área não se apresenta necessariamente sob a mesma forma de uma superfície contínua organizada em círculos concêntricos. Talvez seja mais pertinente falar de “rede de relações preferenciais”, as quais ligam de forma privilegiada algumas partes do mundo à Europa. Esses dois enfoques são utilizados em uma síntese que mobiliza quatro grupos de critérios. Assim, combinando-se diferentes indicadores como o grau de proximidade espacial, as heranças coloniais e as comunidades linguísticas, diferentes tipos de fluxos (comércio de mercadorias, transporte aéreo, migração, ajuda ao desenvolvimento, etc.) e as complementaridades eventuais (diferenças em termos de estrutura demográfica, em termos de IDH, etc.), pode-se obter um indicador global de área de influência da União Europeia no mundo (Figura 9).

Uma análise dos principais componentes aplicados ao quadro de países descritos pelos 18 critérios evocados permite extrair um primeiro fator que se correlaciona positivamente com o conjunto de variáveis descritas anteriormente. Um escore positivo sobre o primeiro fator corresponde, então, a uma forte influência da Europa, que pode ser relacionada a: 1) uma forte acessibilidade ao espaço europeu; 2) existência de línguas comuns ou de relações historicamente fortes com o espaço europeu; 3) fluxos comerciais ou aéreos fortemente orientados em direção à Europa mais do que para outras partes do mundo, e 4) níveis de desenvolvimento mais fracos do que o da Europa, mas com uma estrutura demográfica mais jovem. Evidentemente, nenhum país preenche sistematicamente todas estas condições, e o índice obtido é uma medida global que indica se uma maior parte das condições é atendida (escore positivo) ou se, ao contrário, a maior parte não é verificada (escore negativo).

Fig. 09. Indicador sintético de influência da UE (EU 27 + Suíça + Noruega) no mundo

Fonte: Atlas de l'Europe dans le Monde. Didelon, Grasland, Richard

A distribuição espacial de indicadores revela que a influência da Europa é máxima em um número reduzido de países situados nas proximidades: Balcãs, Turquia, África do Norte e Atlântico Norte. Ela é ainda bastante forte em uma vasta auréola que reúne a África do Oeste e a Rússia, mas é mais fraca sobre as margens orientais (Bielorússia, Moldávia, Ucrânia, Ásia Central), onde a influência da Rússia pós-soviética ainda permanece elevada. Ela é baixa, no entanto, nos países próximos do Golfo Pérsico, que são bem integrados na mundialização e não conhecem orientação privilegiada em direção à Europa. A distância em linha reta não explica tudo. Em países em desenvolvimento relativamente distantes, como a Índia ou o Brasil, o nível de influência potencial europeia é muito importante. A influência da Europa é, por outro lado, fraca em outros países desenvolvidos (América do Norte, Japão, Austrália) e ela atinge seus valores mínimos na Ásia Oriental (China, Coreia) e na Ásia do Sudeste (Indonésia, Vietnã). Em resumo, a Europa tem uma boa influência no mundo, mas ela se limita a uma faixa estreita de países da vizinhança e aos países da África Subsaariana. Ela é particularmente fraca nas zonas mais dinâmicas da economia mundial (Ásia-Pacífico) e na zona estratégica de concentração de recursos energéticos (Golfo Pérsico, Ásia Central).

Oportunidades importantes existem, todavia, nos grandes países emergentes da América Latina (Mercosul) e da Ásia Meridional (Índia).

3 COMO MANTER O PESO DA UNIÃO EUROPEIA NA MUNDIALIZAÇÃO?

Após haver apresentado a situação da Europa no mundo em termos de estrutura e de fluxos, apresentam-se as diferentes visões que circulam sobre a situação da Europa no mundo. As quatro visões implicam diferentes desafios para a política interna e externa da União Europeia. Cada uma dessas visões reflete uma percepção parcial da realidade e podem ser combinadas. As três primeiras redirecionam a situações empiricamente observáveis e apoiam-se sobre mecanismos que contribuem com o declínio do peso relativo da Europa no mundo. A quarta visão, a qual se pode denominar de visão regionalista, redireciona, ao contrário, a uma *démarche* politicamente organizada que permitiria à Europa manter sua posição no mundo.

3.1 O CONTINENTE EUROPA

A visão “continente” descreve o mundo sob a forma tradicional dos continentes ou, mais recentemente, sob a forma de área de civilizações. Pode-se levar em conta a importância desta representação quando se analisam as representações sociais. Uma pesquisa realizada em 2005, sobre uma amostra de 116 pesquisadores europeus em geografia e planejamento e de representantes políticos encarregados do território relacionados ao programa ESPON, mostra que a visão continental da Europa é muito forte. A divisão do mundo em 5 a 7 continentes permanece uma representação dominante. No que diz respeito à Europa, o Mar Mediterrâneo é considerado pela maioria dos que responderam mais como uma fronteira do que um espaço de interação entre países mediterrâneos. Mas, a Leste, a fronteira não está definida com tanta precisão. Isso é evidente no caso da Turquia e da Rússia, para as quais há inúmeras hesitações.

Esta visão do mundo está associada ao fechamento cada vez mais drástico das fronteiras europeias e à sua “securitização”, o que é uma das principais causas da mortalidade de migrantes ilegais nas fronteiras da União. O número estimado de mortes nas fronteiras está fortemente correlacionado à representação mental dos limites. Essa visão “continental” está

fundada na ilusão de que o tamanho da Europa é suficiente para manter uma relativa autonomia no mundo.

Em um plano político, essa visão é promovida por aqueles que julgam que ela favorecerá o processo de integração europeu, sustentando a difusão de redes de transportes e de comunicações transeuropeias e favorecendo a redistribuição interna dos fundos estruturais europeus ou dos investimentos externos diretos entre países-membros. Essa visão está, portanto, associada a um objetivo de coesão territorial.

No entanto, a implementação dessa visão pode ter efeitos negativos sobre os territórios periféricos da União, que se tornariam uma espécie de territórios terminais. Além disso, a limitação de fluxos tornaria difícil a gestão do mercado de trabalho europeu, considerando-se a situação descrita anteriormente, enquanto que o corte de relações com os países vizinhos ameaçaria suas capacidades de desenvolvimento. Enfim, mesmo se ele conhece um crescimento mais elevado do que os países-membros antigos, o mercado dos países do Leste não é tão grande para os investimentos do Oeste. A visão continental da Europa não oferece um mercado suficientemente vasto para absorver os investimentos realizados pelas empresas europeias.

3.2 A EUROPA EM UM MUNDO DO CENTRO E DE PERIFERIAS

A visão “centro-periferia” ressalta a assimetria das relações entre os países desenvolvidos e em vias de desenvolvimento. As disparidades em termos de riqueza são fortes entre a Europa e os países situados ao Sul e a Leste. Essas diferenças entre a Europa e seus vizinhos são, por sua vez, um problema e um potencial para a União. Com efeito, diferenças de nível de riqueza e de desenvolvimento podem ser interpretadas como uma complementaridade potencial. Por exemplo, a forte disparidade demográfica entre a Europa e seus vizinhos tem repercussões políticas sobre assuntos tão sensíveis quanto o emprego (grosso modo, os empregos estão no Norte do Mediterrâneo, e a mão de obra está ao Sul) e o envelhecimento da população ao Norte (os velhos ao Norte do Mediterrâneo, os jovens ao Sul).

Cada subregião possui suas próprias fraquezas, mas, consideradas como um todo, o espaço que engloba a Europa e seus vizinhos tem uma estrutura demográfica muito favorável. Além disso, os países que têm vivenciado o mais forte crescimento econômico e demográfico

durante os últimos 50 anos estão localizados no entorno dos polos da Tríade. O desafio para a Europa é integrar sua periferia em via de desenvolvimento para se colocar melhor na competição entre os dois outros polos da Tríade. A visão centro-periferia reforçaria assim a economia europeia, e seus vizinhos do Sul se beneficiariam de uma melhor integração em um vasto mercado econômico regional.

Todavia, naquela perspectiva, as trocas econômicas internacionais são assimétricas. Os países do Sul estão em posição de fraqueza e têm menos a ganhar do que perder: a concentração de empregos tem fraco valor agregado, transferência de indústrias poluentes do Norte para o Sul, etc. Essa visão não cessaria a *fuga de cérebros* e faria dos países da África do Norte os guardiões do território europeu contra as migrações de origem subsaariana.

3.3 A EUROPA NO ARQUIPÉLAGO ECONÔMICO E METROPOLITANO MUNDIAL

A terceira visão está fundada sobre o postulado de que as relações em rede têm se tornado mais importantes do que a proximidade geográfica na mundialização. Uma ilustração dessa visão de mundo é fornecida pela análise dos fluxos aéreos, expressos em passageiros/quilômetros. É uma boa maneira de medir as interações entre os países em escala mundial. Essa análise permite atualizar as forças e as fraquezas de algumas regiões na globalização. As grandes cidades da Europa, chamadas de *gateway* ou porta de entrada, no jargão europeu, estão na lista das 10 cidades mundiais que têm o tráfego mais forte. São, portanto, interfaces eficazes com o resto do mundo. Mas elas estão concentradas principalmente a Oeste do território europeu. Nesta perspectiva, a Europa não deve prestar muita atenção à sua vizinhança imediata, mais principalmente às suas conexões com os outros centros mundiais de decisão e de inovação, em particular a Ásia e a América do Norte.

No que diz respeito à organização do território europeu, essa visão é mais favorável às grandes cidades europeias, como Paris, Londres e Frankfurt, que estão cada vez mais integradas à rede urbana mundial. Os países nos quais se encontram essas cidades se beneficiariam da presença de empresas internacionais e de atividades econômicas de alto nível (inovação, alta tecnologia, etc). Mas, ao mesmo tempo, a implementação dessa visão conduziria ao crescimento das disparidades do território europeu, ainda mais os países do Leste Europeu, que poderiam perder sua vantagem competitiva, conduzindo a uma deslocalização massiva rumo aos países asiáticos.

Essa visão poderia contribuir com a desestabilização dos países vizinhos do Sul, já que a liberalização total do mercado poderia ser alarmante para os produtos agrícolas até agora protegidos, como os cereais.... A produção poderia decair, deixando milhões de agricultores sem recursos... De outra parte, esses países seriam obrigados a receber as atividades com baixo valor agregado, deslocalizados dos países da Europa Ocidental, enquanto que suas elites seriam sempre mais atraídas para as cidades europeias mais mundializadas.

3.4 COMO CONSTRUIR UMA REGIÃO MUNDIAL EUROPEIA: UM REGIONALISMO BEM EQUILIBRADO

A visão regionalista promove a construção de uma região mundial integrada englobando a Europa e os países vizinhos. Ela é mais complexa do que as visões precedentes que estavam fundadas sobre fatos estatísticos observáveis e mensuráveis e sobre conceitos simples. O mapa da área de influência da Europa proposto anteriormente pode servir de base à definição de uma potencial região europeia mundial. Esse espaço cobre quase um terço do mundo da Rússia à África do Sul, sem os países do Golfo nem da Ásia Central.

Muitos fatos sustentam essa visão. Apesar da importância crescente dos fluxos mundiais, a proximidade continua a desempenhar um papel de suma importância nas trocas entre os países, principalmente no que concerne ao transporte de energia (gás). Além disso, grandes regiões em escala mundial são um quadro favorável à implantação de regulação em nível internacional. Elas podem se tornar uma escala pertinente da governança internacional em diversos domínios (meio ambiente, migrações, moeda, etc). Há muitas regras que se aplicam em nível mundial, notadamente no quadro da OMC, mas o quadro regional é, por vezes, pertinente, dada a complementaridade das economias e, sobretudo, da existência de desafios comuns, notadamente em nível ambiental: gestão comum de grandes bacias fluviais, como o Mekong ou Danúbio, gestão e proteção comuns do Mediterrâneo, etc.

Nesta ótica a Europa encontra-se frente a duas grandes escolhas:

- permanecer um espaço integrado à base “continental”, organizado sobre o princípio da homogeneidade (principalmente econômica) com o princípio de coesão como horizonte principal;
- construir um espaço mais ambicioso com os vizinhos orientais e meridionais com o crescimento econômico e a proteção ambiental como objetivos principais. Foi um dos objetivos da Cúpula de Barcelona (aprovar as despesas P&D de 1,9% a 3% do

PIB até 2010), que o medo do terrorismo reduziu consideravelmente. Esse espaço regional seria fundado em acordos comerciais, mas também ambientais ou sociais (direito do trabalho, migração).

Cada uma das três visões precedentes tem vantagens e também inconvenientes. Nenhuma permite um desenvolvimento durável do território da União e todas ameaçam, ao fim, seu lugar no mundo. A quarta visão tenta integrar e melhorar as três precedentes. Ela rejeita o aspecto protecionista da primeira visão, mas conserva o princípio da coesão. Ela rejeita o paternalismo e o lucro cínico da assimetria da visão 2, porém conserva o princípio da complementaridade. Ela rejeita a ideia da visão 3 de que o território não importa, mas ela integra a ideia de abertura de fronteiras para uma maior mobilidade circulatória das populações da vizinhança. Enfim, ela tem consequências territoriais potencialmente importantes, porque ela deve favorecer o desenvolvimento das periferias da União Europeia, puxando-as “para cima”.

Todavia, esta visão encontra fortes resistências e suscita controvérsias políticas. Este projeto regionalista faz frente a sérios obstáculos internos e externos.

- Os Estados-membros da União Europeia têm posições diferentes *vis-à-vis* dos vizinhos do Leste ou do Sul. Suas visões de mundo variam em função de suas tradições políticas e de suas histórias. É difícil para eles “afinar seus violinos” sobre uma política comum coerente e clara. É, aliás, o que é frequentemente censurado à União em muitos domínios de sua política exterior (Lynch, 2006; Fioramonti, Lucarelli, 2010; Emerson, 2008). As grandes prioridades da agenda política externa da União são difíceis de perceber pelos demais países.
- Mas, fundamentalmente, a União Europeia parece dar mais importância à securitização de suas fronteiras externas, isto é, ela dedica-se mais a controlar e a melhor vigiar para torná-las mais herméticas. Desde os anos 1990, essas providências são acompanhadas de sérias restrições sobre a entrega de vistos aos candidatos à migração. Ela é mal-interpretada por muitos dos países vizinhos que gostariam de obter regimes migratórios mais liberais (Rússia, Ucrânia e Moldávia, por exemplo).
- A União Europeia já colocou em prática dispositivos políticos a fim de intensificar sua cooperação em diversos domínios com os países de sua vizinhança. A política europeia de vizinhança foi lançada em 2004. Ela se apoia em relações contratuais bilaterais com os países vizinhos e vem acompanhada igualmente de um componente regional no Sul (União pelo Mediterrâneo) e no Leste (parceria oriental).

Mas, esses dispositivos sofrem de muitos problemas: os meios financeiros liberados para implementar a política de vizinhança são muito escassos para ter um real efeito prático (Beckouche, 2008); os instrumentos regulamentares que os acompanham são, por vezes, contraditórios e apresentam defeitos de concepção (Gaubert, Richard, 2008). Sobretudo, a política de vizinhança é relativamente impopular nos países aos quais ela é direcionada. Eles a veem como uma forma de compensação oferecida superficialmente pela União Europeia para lhes consolar pelo fato de que eles não poderão jamais aderir a ela. Ao contrário, eles gostariam de ver nesta política um tipo de trampolim rumo à adesão.

- Enfim, o projeto regionalista euromediterrâneo é pouco visível para os próprios cidadãos europeus. Em muitos países-membros, ele não pode, portanto, basear-se em apoio popular maciço que impulsionaria as instituições europeias e os governos a melhorá-lo. Antes do fim de cada política nacional e europeia, os debates eleitorais são orientados mais em direção aos problemas internos do que sobre o lugar e o papel da União Europeia no mundo. O Eurobarômetro indica que a vizinhança não é uma prioridade da opinião pública em nenhum dos países-membros.
- Os governos de alguns países e um certo número de potências mundiais e regionais não são favoráveis, por princípio, à visão regional. A construção de uma região mundial euromediterrânea entraria, inevitavelmente, em conflito com seus próprios interesses. Por tradição, os Estados Unidos desconfiam de tal construção regional porque ela poderia abrir a via ao surgimento de uma hegemonia regional.⁵
- Alguns países da vizinhança também se opõem à política de vizinhança. É o caso da Rússia. Ela vê nisso uma ameaça contra sua soberania, porque uma integração em escala regional suporia, sem dúvida, algumas transferências de soberania e de adoção de normas comuns. A Rússia, por princípio, opõe-se a essa política. As reações negativas do governo russo ao alargamento da União Europeia em 2004 e 2007, o nervosismo causado pela implantação de uma aliança oriental em 2009 e a sua saída da Carta da Energia no mesmo ano o atestam. Ao contrário, a prioridade da Rússia vai, muito claramente, para a revitalização da integração do seu próprio ambiente regional a fim de substituir a moribunda CEI e restaurar sua influência no antigo espaço

⁵ Remarks by Vice-President Biden at the 45th Munich Security Conference, 7 février 2009. Discours disponible à l'adresse suivante : <http://germany.usembassy.gov/events/2009/feb-biden-security/>

soviético (Tinguy, 2008). Enfim, a Turquia tem arrefecido seriamente seu élan europeu devido aos inúmeros adiamentos do Conselho Europeu em propor sua eventual adesão. Despeitada pelo lado europeu, ela orienta hoje sua política estrangeira em direção ao mundo árabe e ao Irã, com os quais tenta estreitar seus laços nos diversos domínios (trocas comerciais e migrações em particular).

4 CONCLUSÃO

As elites políticas europeias deveriam prestar mais atenção ao que acontece no Leste da Ásia e na América. Os Estados Unidos têm relações fortes com sua própria vizinhança ao Sul. Eles enviam em torno de 20% de seus investimentos ao exterior em direção às economias da América Central e América do Sul, em particular para o México. Essas relações têm sido reforçadas pela implementação da ALENA (NAFTA), a qual se tornou mais do que um simples acordo de livre-comércio. Da mesma forma, as economias da Ásia Oriental estão engajadas em um processo rápido de integração em escala macrorregional. O Japão orientou uma grande parte de seu comércio exterior para a China, Coréia do Sul, Taiwan e Ásia do Sudeste. Ele aproveita as complementaridades econômicas evidentes, reforçando as relações econômicas entre países vizinhos desigualmente desenvolvidos, o que contribui para os seus crescimentos econômicos no quadro de um regionalismo Norte-Sul, o qual a Europa sofre para implementar (Beckouche, 2008).

Tal regionalismo permitiria, certamente, à União Europeia e aos países vizinhos encontrar respostas aos problemas transnacionais comuns. Ele deveria para isso se apoiar em uma aliança equilibrada e mutuamente aceitável em diversos domínios sensíveis: poluição e gestão do meio ambiente, migrações internacionais, agricultura, investimentos, desenvolvimento local e regional, etc. Esse regionalismo é a favor de um alargamento de certas políticas europeias a um espaço que englobaria os países vizinhos. É o que a União tenta fazer em diversos domínios, tais como a cooperação territorial, a política regional ou a energia. Mas seus sucessos são mais que mitigados porque o modelo de cooperação que ela propõe não parece convir aos países envolvidos.

Um relatório publicado em 2002 sobre a evolução do comércio internacional no século 21 desenvolve dois cenários possíveis para a União Europeia e o lugar da Europa na economia global (Colombani, 2002). O segundo cenário é intitulado “A potência europeia reinventada” ou “Europa Rússia Mediterrânea”. Os autores do estudo afirmam que os futuros alargamentos

não permitirão, certamente, manter uma paridade econômica entre a União Europeia, a ALENA e o Leste da Ásia. Eles recomendam aos governantes europeus e às instituições europeias que implementem uma política integrada de desenvolvimento de concerto com os países mediterrâneos e a Rússia em vários domínios. Eles aconselham fundar esta política sobre os seguintes pilares: cooperação tecnológica, cooperação para a formação das elites, política migratória mais liberal, etc. Falta agora encontrar uma língua comum para colocar essas cooperações em sintonia.

REFERÊNCIAS

- AMIN, S., 1970, **L'accumulation à l'échelle mondiale**. Critique de la théorie du sous développement, Paris, Anthropos.
- AZUELOS, M., Cosío-Zavala, M.E., Lacroix, J.M., 2004, **Intégration dans les Amériques**, Paris, Presses de la Sorbonne nouvelle.
- BADIE, B., 1995, **La fin des territoires**. Essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect, Paris, Fayard.
- BALASSA, B., 1961, **The theory of Economic Integration**, Homewood, Illinois, R.D. Irwin.
- BALDWIN, R., 1997, « The Causes of Regionalism », **The World Economy**, vol. 20, n°7.
- BEAUD, M., Dollfuss, O., Grataloup, C., Hugon, P., Kébabdjian, G., Lévy, J., 1999, **Mondialisation**. Les mots et les choses, Paris, GEMDEV, Editions Karthala.
- BECKOUCHE, P., 2008, Les régions Nord-Sud. **Euromed face à l'intégration des Amériques et de l'Asie orientale**, Paris, Belin.
- BECKOUCHE, P., 2008, « L'espace économique euroméditerranéen ou la difficulté de passer de l'analyse à l'action », dans Yann Richard (dir.), **Union européenne – Voisinages**. Comment construire une région mondiale ?, Strates, n°15, Paris, CNRS.
- BECKOUCHE, P., Grasland et alii, 2008, **Europe in the World**. Territorial Visions and Evidence, Paris, Luxembourg, CNRS, Diact, Université Paris 7 Denis Diderot, Université Paris 1 Panthéon Sorbonne, Espon Programme.
- BECKOUCHE, P., Richard, Y., 2008, **Atlas d'une nouvelle Europe**. L'UE et ses voisins : vers une région mondiale ?, Paris, Autrement.
- CASTELLS, M., 1996, **The Rise of Network Society**, Cambridge MA, Oxford UK, Blackwell Publishers.
- CATTAN, N., 2004, « Le monde au prisme des réseaux aériens », **FLUX**, n°58, oct-dec 2004, pp. 32-43.
- COLOMBANI, P. (dir.), 2002, **Le commerce mondial au 21e siècle**, Paris, Ifri. Rapport réalisé pour la Commission européenne.

- DEBLOCK, Ch., Regnault, H. (dir.), 2006, **Nord-Sud** : la reconnexion périphérique, Montréal, Editions Athéna.
- DIDELON, C., Grasland, C. (dir.), 2007, **Europe in the World**, Paris, CNRS, Diact, Université Paris 1 Panthéon Sorbonne, Université Paris 7 Denis Diderot.
- DIDELON C., Grasland C., Richard Y. (dir.), 2008, **Atlas de l'Europe dans le Monde**, Paris La documentation française.
- DOLLFUS, O, 1997, **La mondialisation**, Paris, Presses de Sciences Po.
- EMERSON, M., 2008, « Time To Think of a Strategic Bargain with Russia », CEPS **Policy Brief**, N°160, Centre for European Policy Studies.
- ESPON, 2007, **Scenarios on the territorial Future of Europe**, ESPON Project 3.2, Final report, www.espon.eu.
- EUROPEAN UNION, 2007, Territorial Agenda. **Towards a more Competitive and Sustainable Europe of Diverse regions**, Informal Ministerial meeting on Urban development and Territorial Cohesion, 24/25 May 2007.
- FARGUES, P., 2005, **Mediterranean Migration**, 2005 Report, CARIM, Florence, European University Institute, Bruxelles, European Commission.
- FEBVRE, L., 1999, **L'Europe**. Genèse d'une civilisation, Paris, Perrin.
- FIORAMONTI, L., Lucarelli, S., 2010, **External Perceptions of the European Union as a Global Actor**, London, Routledge, Garnet Series.
- FRANKEL, J.A. (Ed.), 1997, **The regionalization of world economy**, National Bureau of Economic Research Report, Chicago, University of Chicago Press.
- GAULIER, G., Freudenberg, M., Ünal-Kensenci, D., 1998, **La régionalisation du commerce international: une évaluation par les intensités relatives bilatérales**, CEPII, Working Papers, n° 98-05.
- GIRAULT, C., 2009 (dir.), **Intégrations en Amérique du Sud**, Paris, Presses de la Sorbonne nouvelle.
- HADJ NACER, A., Almeras, G., 2008, « La rive sud a-t-elle besoin d'argent pour contribuer à l'espace financier euroméditerranéen ? Le cas des remises migratoires Europe-Maghreb », in Yann Richard (dir.), **Union européenne – Voisinages**. Comment construire une région mondiale ?, Strates, n°15, Paris, CNRS.
- HUNTINGTON, S. P., 1996, **The Clash of Civilizations**. The Remaking of World Order, New York, Simon & Shuster.
- KRUGMAN, P., 1996, "Urban Concentration: the Role of Increasing Returns and Transports", **International Regional Science Review**, 19, pp. 5-48.
- KRUGMAN, P., 2004, "The New Economic Geography. Where are we?", Discussion Paper presented at International Symposium "**Globalization and Regional Integration from the Viewpoint of Spatial Economics**", IDE-JETRO, 11/26/2004.

LECHNER, F., Boli, J., 2000, **The Globalization Reader**, Oxford, Edinburgh, Blackwell.

LYNCH, D., 2006, « **Russian Perceptions of the CFSP/ESDP** », Institute for security Studies, Analysis Paper, <http://www.iss.europa.eu/uploads/media/analy145.pdf>.

MASHAYEKI, M., Ito, T. (Eds), 2005, **Multilateralism and Regionalism**. The New Interface, New York, Geneva, UNCTAD.

MICHALET, C.A., 2002, **Qu'est-ce que la mondialisation ?**, Paris, La Découverte.

MUNDELL, A., 1961, "A Theory of Optimum Currency Area", American Economic Review, 51, pp. 657-665.

NEWFARMER, R. (Ed.), 2005, **Global Economic Prospects. Trade, Regionalism and Development**, Washington D.C., The International Bank for Reconstruction and Development / World Bank.

OHMAE K., 1985, **Triade Power: The Coming Shape of Global Competition**, New York, Free Market.

PREBISH, R., 1963, **Towards a Dynamic Development Policy for Latin America**, Commission des Nations Unies pour l'Amérique latine.

RICHARD, Y., Gaubert, N., 2008, « Politique de cohésion et coopération territoriale avec le voisinage. A la recherche d'une plus grande coordination », **Strates, L'UE et ses Voisinages. Vers une région mondiale ?**, pp. 37-58.

SASSEN, S., 1991, **The Global City**, New York, London, Tokyo, Princeton , NJ, Princeton University Press.

SASSEN, S. (Ed.), 2002, **Global Networks**. Linked Cities, London, Routledge.

SIROËN, J.M., 2000, **La régionalisation de l'économie mondiale**, Paris, La Découverte.

TAGLIONI, F, Théodat, J.M. (dir.), 2008, **Coopération et intégration** : perspectives panaméricaines, Paris, L'Harmattan, collection « Géographie et cultures ».

TAILLARD, C., 2004, **Intégrations régionales en Asie orientale**, Paris, NORAO, Les Indes savantes.

TINGUY, A. de (dir.), 2008, **Moscou et le monde**, Paris, Autrement.

UNCTAD, 2007, **World Investment Report, transnational corporations, extractive industries and development**, United Nations, New York, Geneva.

VELTZ, P., 1996, **Mondialisation, villes et territoires**. L'économie d'archipel, Paris, PUF.

VINER, J., 1950, **The Customs Union Issue**, New York, Carnegie foundation for International Peace.

WALLERSTEIN, I, 1974, **The Modern World-System**, New York Academic Press.